



TRABALHO INFANTIL

GUIA DE PREVENÇÃO E COMBATE

SUMÁRIO

Apresentação	3
Você sabe o que é trabalho infantil?	4
Realidade da violação no Brasil	5
Por que é proibido?	6
Piores formas de trabalho infantil	7
Mitos sobre a violação	8
Consequências	9
Entenda o porquê é importante combater o trabalho infantil	10
A melhor forma de começar a trabalhar	11
O papel da Fundação Abrinq no combate ao trabalho infantil	13
Conheça algumas ações realizadas pela Fundação Abrinq	14

APRESENTAÇÃO

Toda criança e todo adolescente têm direito à vida, proteção, saúde, educação e dignidade. O direito à liberdade e segurança contra todas as formas de violência é fundamental e precisa ser preservado, garantindo condições adequadas para a construção de um futuro saudável e feliz para todas as crianças e todos os adolescentes.

No entanto, a maioria destes direitos, previstos no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), é violada quando alguma criança é exposta ao trabalho infantil.

A Fundação Abrinq criou este *e-book* para orientar a sociedade sobre os prejuízos do trabalho precoce a curto, médio e longo prazos. Para isso, o material reúne as principais informações sobre a violação, como consequências, indicadores, suas piores formas e a importância de combatê-la.

O material ainda propõe a reflexão sobre mitos e tabus que, muitas vezes, estão presentes no dia a dia das pessoas, convidando-as a criarem um novo olhar sobre a realidade do trabalho infantil.

Boa leitura!

VOCÊ SABE O QUE É TRABALHO INFANTIL?

É todo trabalho realizado por crianças e adolescentes, com menos de 16 anos de idade, exceto na condição de aprendiz a partir dos 14 anos.

Calma! Isso não quer dizer que as crianças não possam ajudar na organização da casa ou até mesmo em determinadas atividades supervisionadas pelos pais.

O trabalho infantil vai muito além da criança arrumar a própria cama, recolher os brinquedos que usou ou até mesmo limpar o que ela mesma bagunçou ou sujou. Tais atividades são importantes para o desenvolvimento dela – a depender da faixa etária e desde que sejam acompanhadas por um adulto responsável.

O trabalho infantil é aquele trabalho que a priva de sua infância e coloca em risco o seu desenvolvimento físico e mental.

O que isso quer dizer?

Usando o exemplo das atividades domésticas, arrumar a própria cama ou recolher os brinquedos são ações saudáveis para o crescimento da criança, no entanto, ser a única responsável pelos afazeres domésticos, como cozinhar, cuidar da casa ou dos irmãos, é trabalho infantil, inclusive, uma das piores formas da violação!

Veja algumas dicas para identificar o trabalho infantil:

- É mental, físico, social ou moralmente perigoso e prejudicial para as crianças;
- Interfere na escolarização, privando-as da oportunidade de frequentarem a escola e obrigando o abandono escolar;
- Exige que se combine frequência escolar com trabalho excessivamente longo e pesado.

REALIDADE DA VIOLAÇÃO NO BRASIL

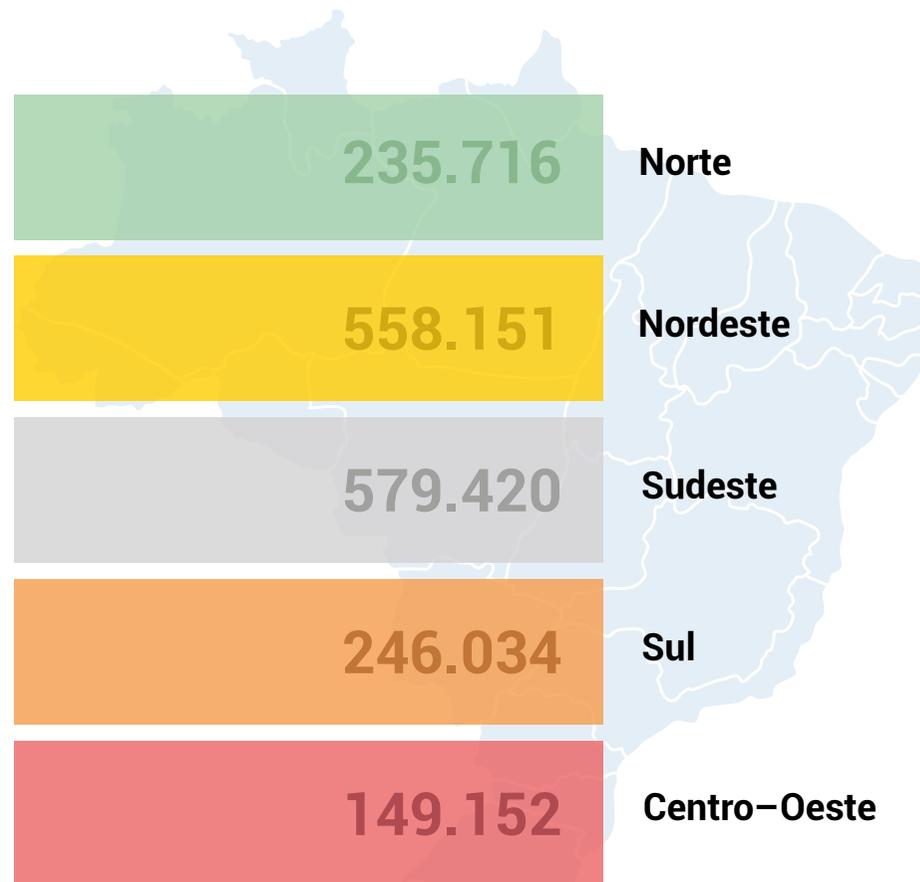
O trabalho infantil atinge mais de 1,7 milhão de meninos e meninas entre 5 e 17 anos no Brasil. Trata-se de uma violação que representa prejuízos no desenvolvimento da infância e da adolescência, contrariando os direitos garantidos pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

Os adolescentes são os mais prejudicados pela violação: representam 1,3 milhão do total de casos, seguidos pelos meninos que somam 66,4%, enquanto as meninas representam 33,6%, e pretos ou pardos que totalizam 66,1% dos casos de trabalho precoce. Só em 2020, cerca de 556 crianças e adolescentes foram vítimas de acidentes de trabalho, que vão desde quedas até amputações.

Em pesquisa realizada pela Fundação Abrinq, com base nos dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), entre o grupo de adolescentes de 14 a 17 anos de idade que estão no mercado de trabalho, 86% encontram-se em situação de trabalho infantil, na média dos quatro trimestres de 2021, o que representa mais de 1 milhão de adolescentes nesta faixa etária.

Confira os índices por regiões:

Total da população em situação de trabalho infantil – 05 a 17 anos



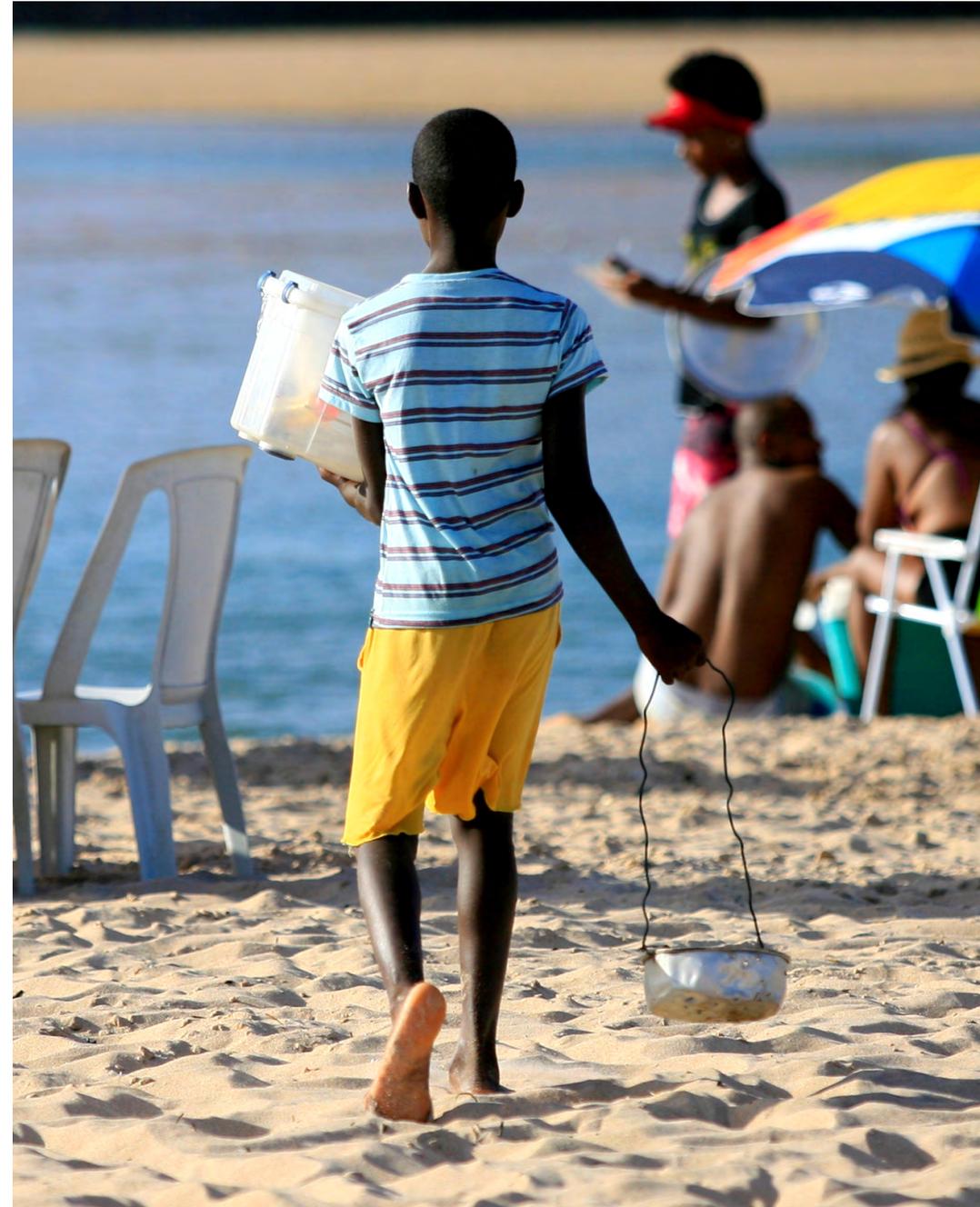
Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua) - 2019 e Sistema de Informação de Agravos de Notificação (Sinan) - 2020.

POR QUE É PROIBIDO?

A rotina do trabalho infantil pode se assemelhar muito com a rotina de serviço dos adultos, tanto em carga horária, quanto em esforço ou condições de trabalho.

Isso faz com que a criança ou o adolescente fique, na maioria das vezes, privado de uma infância normal e atividades comuns à sua idade, fundamentais para sua formação e seu desenvolvimento, principalmente aquelas que envolvem sua educação — essencial ao preparo profissional para o futuro.

A criança ou o adolescente que trabalha precocemente pode estar exposto a diversas outras violações de direitos, acidentes de trabalho, lesões físicas, doenças ou distúrbios, seja por esforço excessivo ou por exercer funções inadequadas para seu porte ou sua condição física e psicológica, que na maioria das vezes ainda está em formação.



PIORES FORMAS DE TRABALHO INFANTIL



As piores formas de trabalho infantil são aquelas que devem ser combatidas com prioridade. Elas englobam todas as formas de escravidão, tráfico de crianças, trabalho forçado, exploração sexual, atividades ilícitas como produção e tráfico de drogas, recrutamento compulsório para conflitos armados e outras atividades que sejam nocivas à saúde, à segurança e à dignidade de crianças e adolescentes, de acordo com a definição de cada país, como determina a Convenção 182 da Organização Internacional do Trabalho (OIT).

A Convenção da OIT foi adotada pelo Brasil em 2000, por meio do Decreto 6.481/2008, proibindo no país o emprego de crianças e adolescentes para exercer qualquer trabalho que esteja na *Lista das Piores Formas de Trabalho Infantil (Lista TIP)*.

Dentre as piores formas de trabalho infantil destacam-se:

- Agricultura, pecuária, silvicultura e exploração florestal;
- Pesca;
- Indústria extrativa;
- Indústria de transformação;
- Produção e distribuição de eletricidade, gás e água;
- Construção civil;
- Comércio;
- Transporte e armazenagem;
- Saúde e serviços sociais;
- Serviços domésticos.

[Confira a lista completa aqui.](#)

MITOS SOBRE A VIOLAÇÃO

“É melhor trabalhar do que roubar”

“O trabalho enobrece”

“Trabalhar é bom para adquirir responsabilidades”

“Eu trabalhei desde criança e conquistei as minhas coisas graças a isso”

Todo mundo já escutou ou até mesmo falou alguma dessas frases. Afinal de contas, muitas pessoas das gerações *Baby Boomer*, X e Y foram expostas ao trabalho infantil quando crianças ou adolescentes, tendo em vista que a realidade e até mesmo a legislação era diferente na época.

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), por exemplo, foi criado em 1990 e apenas em 1998 foi instituída uma Emenda Constitucional

que estabeleceu a proibição do trabalho noturno, perigoso e insalubre a menores de 18 anos e de qualquer trabalho a menores de 16 anos, salvo na condição de aprendiz a partir de 14 anos.

O trabalho precoce não é responsável por afastar a criança da criminalidade ou fazê-la adquirir responsabilidades, muito pelo contrário, o trabalho infantil afasta a criança do convívio familiar, escolar e social, o que impacta diretamente na formação de valores e compromissos.

O que distancia a criança ou o adolescente de atividades ilegais é a sua ocupação no tempo livre e a qualidade da orientação que recebe.

É difícil quebrar um tabu, especialmente quando ele fez parte da sua realidade, mas refletir sempre que pensar, escutar ou falar algum desses mitos é essencial para combater o trabalho infantil.

CONSEQUÊNCIAS

O trabalho infantil acarreta em diversas consequências, desde físicas até psicológicas, que podem se perpetuar por toda a vida. Confira as principais:



Físicas

A criança que trabalha pode apresentar cansaço excessivo, distúrbios de sono, irritabilidade, alergias e até problemas respiratórios. Em casos com um alto esforço físico, as consequências podem ser prejudiciais ao crescimento e até ocasionar lesões na coluna ou deformidades. Também são comuns casos de amputações, fraturas, ferimentos com objetos cortantes e queimaduras.



Psicológicas e sociais

Podem se manifestar na capacidade de aprendizagem e até na forma da criança se relacionar, visto que, em muitos casos, ela possui responsabilidades e conversas muito avançadas para a idade. Ao ser exposta ao trabalho infantil, a criança também fica vulnerável a diversas outras violações como abusos físicos, sexuais e verbais, fatores que levam a sérias doenças físicas e até problemas de saúde mental como depressão e baixa autoestima.



Econômica

As crianças e os adolescentes que trabalham, na maioria das vezes, apresentam baixo desempenho escolar, acarretando, inclusive, no abandono da escola. Isso não só desestimula a criança e o adolescente como pode até comprometer o seu ingresso no mercado de trabalho formal, uma vez que ele não terá o rendimento e o preparo necessários. Tais fatores contribuem para um ciclo vicioso de pobreza no país.

ENTENDA O PORQUÊ É IMPORTANTE COMBATER O TRABALHO INFANTIL

Proteger as crianças e os adolescentes de qualquer tipo de violação é um dever de todos os cidadãos e assegurar que os direitos fundamentais deste público sejam garantidos é pensar no futuro de toda a sociedade.

Fique de olho no trabalho infantil e confira como combatê-lo!

Três práticas fundamentais para combater o trabalho precoce:

- Não compre produtos e nem aceite serviços vendidos por crianças ou adolescentes. Não contribua com esta prática;
- Dissemine informações de qualidade sobre a violação para que mais pessoas tenham ciência dos prejuízos causados por ela;
- Lembre-se sempre de realizar a denúncia quando presenciar algum caso.

Se presenciar ou souber de algum caso de trabalho infantil, denuncie ao Ministério Público do Trabalho, pelo site <https://mpt.mp.br>, ou ao Disque 100.

A MELHOR FORMA DE COMEÇAR A TRABALHAR

A Lei da Aprendizagem é um dos principais caminhos para o ingresso de adolescentes e jovens, entre 14 e 24 anos, no mercado de trabalho e, desde a sua regulamentação, já beneficiou muitos deles com o acesso ao primeiro emprego.

Em vigor desde o ano 2000, a Lei da Aprendizagem (Lei nº 10.097, de 19 de dezembro de 2000) incorporou na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) as disposições sobre o trabalho de menores aprendizes de acordo com programas de aprendizagem.

O adolescente ou jovem que integra o programa de aprendizagem realiza uma série de atividades no intuito de se formar profissionalmente. Por conta disso, os jovens aprendizes são avaliados, em primeiro lugar, por seu desempenho pessoal e profissional, interesse e envolvimento, mais do que pelo resultado produtivo de suas atividades.





O que faz um aprendiz?

As atividades dividem-se em teóricas e práticas. Parte das atividades são sempre cumpridas em uma entidade formadora autorizada a desenvolver programas de aprendizagem. Fazem parte destas instituições, por exemplo, os Serviços Nacionais de Aprendizagem (entidades integrantes do Sistema "S") e o Centro de Integração Empresa - Escola (CIEE).



Como faço para que meu filho seja um aprendiz?

A instituição de ensino à qual o interessado está ligado deve estar vinculada à empresa que forneça um programa de aprendizagem. Pesquise por programas de empresas e verifique a vinculação desta com a unidade de ensino ou a Secretaria de Educação do município.



Por que colocar meu filho em um programa de aprendizagem?

O programa de aprendizagem proporciona ao adolescente e ao jovem a sua manutenção no ensino regular, a sua capacitação profissional e a sua formação como cidadão.



Como funciona o registro do aprendiz?

A atividade é registrada na carteira de trabalho, com todos os direitos trabalhistas, como 13º salário, recolhimento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), vale-transporte e férias que devem sempre coincidir com o período de férias escolares para os adolescentes.

Ou seja, é possível o adolescente ingressar no mercado de trabalho de forma segura, eficaz e garantida por lei, sem colocar em risco a sua educação, proteção e saúde.

O PAPEL DA FUNDAÇÃO ABRINQ NO COMBATE AO TRABALHO INFANTIL

A Fundação Abrinq promove a defesa dos direitos e o exercício da cidadania de crianças e adolescentes no Brasil.

Com a proposta de apoiar o setor empresarial na prevenção e no combate à exploração da mão de obra infantil, bem como estimular a responsabilidade social corporativa, em 1995, foi criado o Programa Empresa Amiga da Criança. Desde então, a Fundação engaja e reconhece as empresas participantes do programa, apoiando e qualificando suas ações de prevenção e combate ao trabalho infantil.



CONHEÇA ALGUMAS AÇÕES REALIZADAS PELA FUNDAÇÃO ABRINQ

Cumprimento da Lei da Aprendizagem

Por meio da indicação de parceiros institucionais especializados em aprendizagem e unidades formadoras, a Fundação oferece apoio às empresas participantes do Programa Empresa Amiga da Criança que tenham interesse em conhecer mais a respeito da cota de aprendizagem, determinada pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE).

Monitoramento da Certidão de Débitos Trabalhistas

No processo de *Renovação Anual do Reconhecimento* das Empresas Amigas da Criança, a Fundação monitora as notificações da Secretaria de Inspeção do Trabalho relacionadas ao trabalho infantil, com o objetivo de garantir que nenhuma empresa da rede sofra denúncia por esta prática.

Dia Mundial de Combate ao Trabalho Infantil (12 de junho)

A Fundação incentiva sua rede a compartilhar, de forma interna e externa, com fornecedores e parceiros, a campanha do *Dia Mundial de Combate ao Trabalho Infantil*, em 12 de junho.

Visitas às empresas da cadeia de risco

A Fundação Abrinq realiza visitas a empresas das cadeias de maior risco, para monitorar suas iniciativas de combate ao trabalho infantil, apresentando devolutivas sobre sua atuação, indicando práticas que podem ser adotadas e acompanhando suas atividades.

E-book

Considerando a forte incidência de crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil nos serviços terceirizados e quarteirizados, a Fundação Abrinq também produziu o e-book [O monitoramento da cadeia produtiva como estratégia de prevenção e combate ao trabalho infantil](#), com o objetivo de contribuir de maneira significativa no combate e na prevenção do problema.

Atuação da Fundação Abrinq na defesa das leis de combate ao trabalho infantil e proteção do trabalho do adolescente

A Fundação Abrinq monitora sistematicamente as proposições legislativas que tramitam na Câmara dos Deputados e no Senado Federal que envolvem, direta ou indiretamente, direitos de crianças e adolescentes, atuando diretamente junto aos parlamentares brasileiros para assegurar a integridade dos direitos já conquistados ao público de 0 a 18 anos de idade.

A Fundação Abrinq participa de importantes espaços de controle social e elaboração de políticas para a infância e adolescência, que integram a luta pelo combate e erradicação do trabalho infantil. Como exemplo, a instituição é membro do Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil (FNPETI) e compõe o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda), desde junho de 2021.





www.fadc.org.br

[f/fundabrinq](https://www.facebook.com/fundabrinq)

[📷 fundacaoabrinq](https://www.instagram.com/fundacaoabrinq)

